

O Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas Globais

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Prof. Marcos Aurélio Vasconcelos de
Freitas –

Coordenador Executivo
IVIG/COPPE/UFRJ
mfreitas@ppe.ufrj.br

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Em reunião com o Presidente da República no Palácio Alvorada com a presença da Ministra do Meio Ambiente e do Secretário do Fórum foi proposta a criação de um

Plano Nacional de Ação de Enfrentamento das Mudanças Climáticas

O Presidente o considerou factível e a Ministra ficou de elaborar a Proposta tendo o Fórum se incumbido de discutir e apresentar sugestões

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

UFRJ
26/09/2007
O Globo - RJ

Tópico: Meio Ambiente
Impacto: Positivo
Editoria: O País

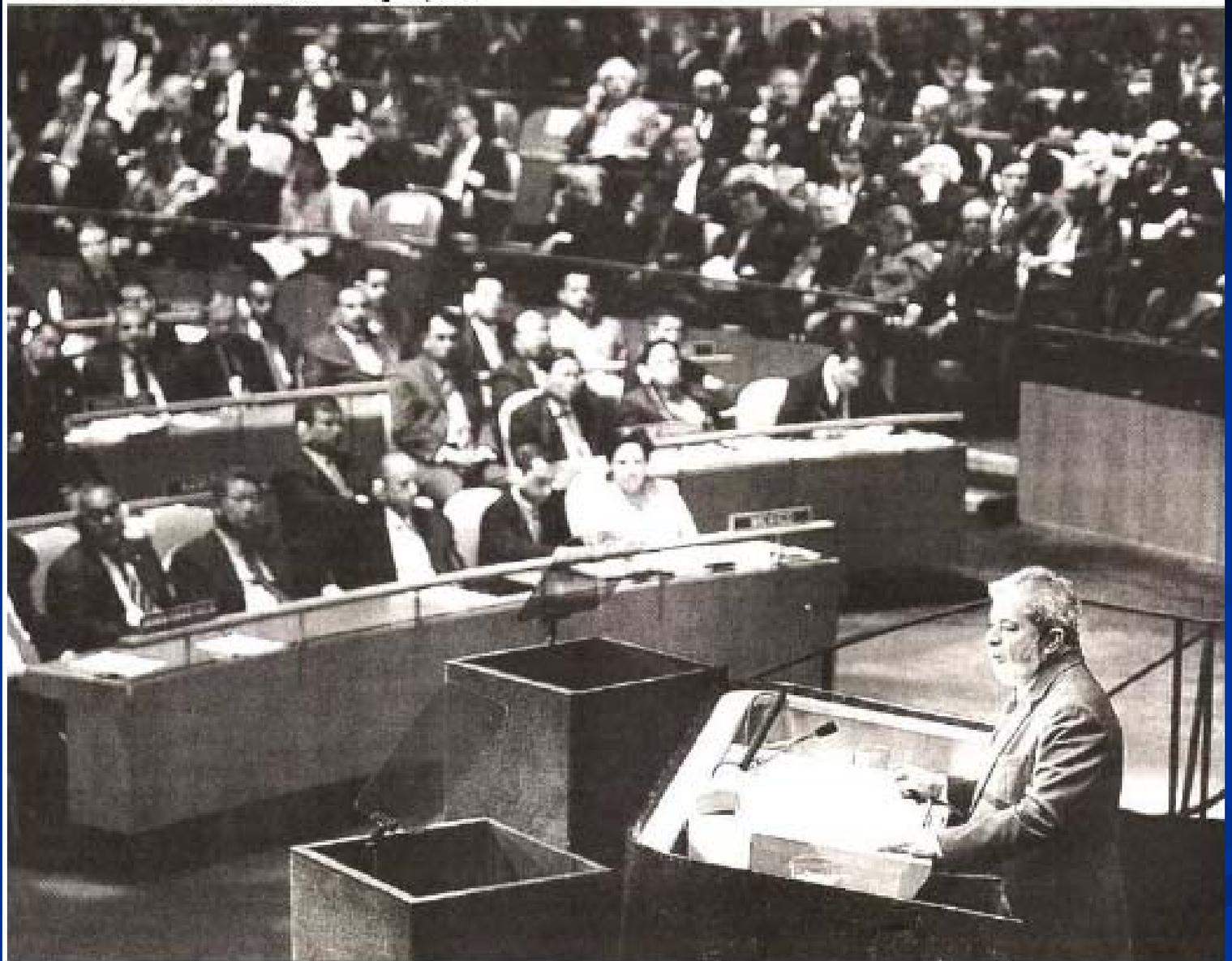
Cm/Col: 430
Pg: Capa/3-4

Lula anuncia na ONU novo plano contra desmatamento

Brasil muda de posição mas não vai se comprometer com metas

• O presidente Lula anunciou ontem, em discurso na abertura da assembléia geral da ONU, que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com ênfase no combate ao desmatamento e na proteção da Amazônia. Lula ressaltou que justiça social é uma forma de lutar contra a degradação do planeta. Com o

plano, o Brasil, sempre acusado de danos ambientais, sai da posição defensiva e assume compromissos para reduzir a emissão de poluentes mas sem fixar metas. No plenário da ONU, os diplomatas brasileiros distribuíram documento apenas listando medidas já tomadas pelo país contra a degradação do meio ambiente. **Páginas 3 e 4**



LULA DISCURSA no plenário da ONU e pede a reavaliação do modelo de desenvolvimento global:

"A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta"

plano ambiental

Presidente promete projeto para combater desmatamento e defende justiça social

Marília Martins

Correspondente • NOVA YORK

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu ontem a Assembleia Geral das Nações Unidas afirmando que desenvolvimento social e preservação do meio ambiente podem ser combinados para promover a redução das desigualdades, tanto no âmbito interno quanto internacional. Lula foi enfático na defesa da transformação da matriz energética mundial na direção dos biocombustíveis e no uso desta oportunidade para a redução do desequilíbrio econômico entre as nações. Lula lançou duas propostas diante do plenário da ONU. A primeira foi o anúncio de que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, cujos pontos centrais serão a ampliação do combate ao desmatamento e a proteção da Amazônia. A outra proposta é internacional: a realização, em 2012, de uma nova Conferência Mundial sobre Meio-Ambiente, que Lula chamou de "Rio+20":

— O mundo não modificará sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre desenvolvimento e justiça social. A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta — disse.

O presidente brasileiro afirmou que o ônus do combate ao aquecimento global não pode se dar sobre os países em desenvolvimento. Para ele, a comunidade internacional precisa "reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço". Lula convocou os membros da ONU a repensar as relações internacionais a partir do que chamou de "modelo de desenvolvimento global":

— Se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

Lula exigiu a ampliação do protocolo de Kioto, com maior contribuição dos países desenvolvidos na redução da emissão de gases poluentes, e disse que o Brasil está fazendo o dever de casa, tendo reduzido o desmatamento da Amazônia. Para Lula, os biocombustíveis são uma oportunidade para democratizar a produção de energia e promover o desenvolvimento:

No novo programa para o meio ambiente, Lula vai anunciar medidas de aumento de fiscalização do desmatamento na Amazônia e pretende acelerar parcerias na América Central para a produção de etanol. Isto já acontece na Jamaica, que se tornou o segundo maior produtor do biocombustível depois do Brasil, e vai acontecer no Haiti. O ministro Celso Amorim afirmou:

— O Brasil está fazendo o dever de casa. Vamos aumentar a fiscalização da Amazônia para reduzir o desmatamento e fazer zoneamento das áreas de agricultura para evitar que a produção de etanol ameace a de alimentos. Vamos apoiar a criação de uma Organização Internacional para o Meio Ambiente. Sugerimos que seja um guarda-chuva capaz de abrigar países que não tenham assinado a convenção de Kioto.

Brasil assume a sua parcela

Até então, Lula atribuía responsabilidade por aquecimento global a países desenvolvidos

Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. Cansado de ser cobrado em todos os fóruns internacionais cujo ponto central é a mudança climática, o Brasil decidiu dar uma reviravolta em sua participação durante a reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e partiu para o ataque. A posição mais agressiva foi demonstrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que até então ocupava-se de atribuir a responsabilidade pelo aquecimento global aos países desenvolvidos. Em todas as oportunidades que teve esta semana, Lula distribuiu um documento de 42 páginas com um balanço do que já foi feito por seu governo para contribuir com a redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera.

Com a divulgação do balanço, denominado "Contribuição do Brasil para evitar a mudança do clima", o governo brasileiro prepara o terreno para lançar um plano estratégico com metas internas para os setores público e privado, nos dias 13 e 14 de dezembro, durante a Conferência de Bali, na Indonésia. O evento tem por objetivo traçar o mapa das negociações para um novo acordo global contra o aquecimento do planeta, que substitua o Protocolo de Kioto. O Brasil assumirá novos compromissos, que incluem desde o desmatamento até a inspeção veicular, para limitar a emissão de gases pelos automóveis. Mas não serão metas numéricas, explicou ao GLOBO uma fonte do governo, para que não haja cobranças futuras.

Ao longo de sua estada em Nova York, Lula fez questão de mostrar que, embora não seja obrigado a cumprir metas quantitativas estabelecidas em tratados como o Protocolo de Kioto, os brasileiros estão fazendo sua parte e

podem assumir compromissos mais ambiciosos, desde que decididos internamente e sem a interferência das nações industrializadas. Países como os Estados Unidos — que não fazem parte do acordo multilateral — afirmam que só se engajarão nessa luta se as nações emergentes, entre elas o Brasil, fizerem o mesmo.

— Nossa linha é de que as responsabilidades são comuns, porém diferenciadas — disse, por telefone, de Nova York, o chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Fernando Lyrio.

O documento, elaborado por cinco ministérios — Itamaraty, Meio Ambiente, Desenvolvimento, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia — foi exaustivamente distribuído. Em um jantar, na noite de segunda-feira, com um seleto grupo de chefes de estado, entre os quais o presidente americano George W. Bush, o francês Nicolas Sarkozy e a chanceler alemã Angela Merkel, Lula entregou um exemplar a cada um deles.

A divulgação continuou durante todo o dia de ontem às delegações estrangeiras e amanhã, em Washington, o texto voltará a ser apresentado, durante um encontro entre representantes dos 20 maiores países emissores de gases poluentes, entre os quais o Brasil.

“O Brasil não tem, de acordo com o regime da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), obrigações quantificadas de limitação ou redução de emissões. Contudo, o país está atuando de

forma decisiva e dando contribuições concretas para a luta contra a mudança do clima”, diz um trecho do documento.

Um dos pontos fracos do Brasil, quando o assunto é meio ambiente, é a Amazônia. Lula enfatizou que o desmatamento na floresta está cada vez menor, nas conversas que teve com outros chefes de Estado. Destacou ainda que o governo está dando incentivos para recuperar áreas já devastadas e vem melhorando a fiscalização, o licenciamento e o controle.

— Nossa estratégia é fazer com que a comunidade internacional veja que somos mais vítimas do que vilões, por conta dos altos níveis de emissões dos países industrializados — disse uma importante fonte do Itamaraty.

Outro ponto que serve de propaganda ao Brasil e foi largamente explorado por Lula diz respeito à produção de combustíveis renováveis, como o etanol e o biodiesel. O documento apresentado pelo presidente informa que, em

2006, a participação das fontes renováveis de energia no Brasil era de 44,5% na matriz energética, enquanto nos países desenvolvidos o percentual era de apenas 6,1%. No mundo, o índice ficou em 13,1%. Além disso, desde a década de 70, as fontes primárias de energia das hidrelétricas e de produtos da cana-de-açúcar aumentaram em dez vezes.

— As fontes de energia renováveis não contribuem para as emissões de gases de efeito estufa — disse Fernando Lyrio. ■



Nossa linha é de que as responsabilidades são comuns, porém diferenciadas

Fernando Lyrio, chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente

Plano ambiental prevê parceria com setor privado

Entre os destaques do projeto anunciado por Lula na ONU está ainda adoção de medidas para diminuir desmatamento

Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. Em fase de gestação dentro do governo, o Plano de Ação Nacional de Enfrentamentos das Mudanças Climáticas, anunciado terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Nova York, durante a Assembleia Geral da ONU, terá como destaque a adoção de medidas concretas para reduzir o desmatamento e as queimadas. É justamente nesse ponto que o Brasil mais recebe ataques da comunidade internacional. A idéia é anunciar metas internas nessa área, numa tentativa de mostrar que o país faz o dever de casa.

Segundo o físico Luiz Pinquelli Rosa, diretor-geral da Co-

ordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ e secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o fórum apresentou proposta para o plano de ação do governo, que já está nas mãos de Lula.

O material prevê uma série de procedimentos a serem adotados por governo federal, estados e o setor privado, e serve de subsídio para a elaboração do plano de ação. Entre outras medidas, destacam-se a vinculação obrigatória da aferição dos níveis de emissões veiculares ao licenciamento anual dos automóveis — prevista no Código de Trânsito Brasileiro, mas realizada

apenas no Rio — e o fomento à expansão do transporte coletivo (à exceção do rodoviário).

O documento será apresentado em dezembro aos representantes dos países que participarão da Conferência de Bali, na Indonésia. A reunião dará início a um amplo processo de negociação para um novo acordo global que deverá substituir o Protocolo de Kyoto — que fixou metas de redução das emissões de gases que provocam efeito estufa para nações industrializadas, à exceção dos Estados Unidos, que não ratificaram o tratado.

— O ponto fraco do Brasil é o desmatamento. Por isso, o país precisa fixar metas imediatas de redução, de prefe-

rência até o fim do ano — disse Pinguelli Rosa.

Desmatamento cai na Amazônia, mas sobe em MT

A questão do desmatamento e das queimadas é delicada e difícil de resolver, avaliam autoridades ambientais brasileiras. Se por um lado o desflorestamento vem caindo na Amazônia, em Mato Grosso houve um aumento de 200% em 2007 em relação ao ano passado. Especialistas afirmam que a principal causa é o cultivo desenfreado da soja.

Para Juliana Ramalho, professora de Climatologia da Universidade de Brasília (UnB), apesar do sucesso internacional do Brasil na pro-

dução de combustíveis renováveis, como o etanol, é preciso ter cuidado com a ocupação desordenada das terras no cultivo da cana-de-açúcar.

— O cultivo do etanol não é totalmente limpo, devido à grande quantidade de queimadas para a colheita. Além disso, é preciso levar em conta outras culturas importantes para o país — disse.

Previsão é de variação de temperatura de até 5,8 graus

Além da publicidade internacional que Lula quer dar aos movimentos do país para enfrentar o aquecimento global e evitar a expansão das emissões de gases de efeito estufa, existe uma rea-

lidade da qual não se pode fugir: estudos científicos mais recentes alertam para um século XXI de inúmeras transformações — enchentes, secas, furacões, derretimento de geleiras, epidemias, destruição de lavouras.

Os últimos relatórios mostram que, até o ano de 2100, mesmo que fosse possível eliminar totalmente daqui para frente a emissão de gases que intensificam o efeito estufa, só o que já está acumulado poderá trazer uma variação entre 1,4 e 5,8 graus na temperatura da Terra. Os desastres viriam em efeito dominó: milhões de pessoas expulsas de seus lugares de origem e uma crise sem precedentes na economia mundial. ■

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Proposta para o Plano Nacional de Ação de Enfrentamento das Mudanças Climáticas

- i) Ações coordenadas de governo envolvendo diferentes Ministérios, e relações com estados e municípios sob supervisão do Ministério do Meio Ambiente;
- ii) Criação da Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Globais pelo MCT;
- iii) Criação de uma Entidade Nacional de Políticas do Clima englobando o atual Grupo Técnico de Mudança Climática do MCT.

Eixo I- Ações Coordenadas do Governo Federal

1 - Ações de Mitigação

a – Meio Ambiente:

Definição de metas de redução da taxa de desmatamento e queimadas;

Políticas e Ações de Conservação dos Ecossistemas, para a mitigação das emissões e como estratégia de criação de resiliência.

b- Transportes:

Vincular aferição obrigatória dos níveis de emissões veiculares ao licenciamento anual dos veículos;

Estabelecer índices mínimos de eficiência energética para veículos e também taxas diferenciadas segundo o consumo;

Fomentar a expansão do transporte coletivo, enfatizando outros modais que não rodoviários.

c – Energia:

Consolidar a política de biocombustíveis como contribuição à redução das emissões;

Programa de expansão do uso de fontes renováveis de energia e consolidação dos programas nacionais de eficiência energética.

d – Indústria:

Criação de um programa de incentivos à descarbonização das unidades de produção das empresas com metas de redução das emissões por unidades produzidas.

e – Geral:

Quantificação das emissões evitadas.

2 - Ações de Adaptação

a – Meio Ambiente:

Aceleração do reflorestamento das áreas de preservação permanente, especialmente ao longo dos rios (matas ciliares);

Estudos dos possíveis impactos que as regiões costeiras poderão sofrer.

b – Energia:

Avaliação de possíveis impactos sobre a geração hidrelétrica dado mudança do padrão de chuvas no país;

c – Agricultura:

Avaliação dos impactos econômicos, a curto e médio prazo, dos diferentes cenários das mudanças climáticas em diferentes setores da economia, especialmente na agricultura;

d – Trabalho:

Avaliar os impactos das mudanças climáticas e dos acordos internacionais sobre o clima nas condições e nos postos de trabalho;

e – Geral:

Integração da questão climática aos programas de cooperação internacional;

Programa de abastecimento para a população em áreas críticas.

3 – Vulnerabilidade e Ações Transversais

a – Dados

Recuperação e tratamento digital de séries históricas de dados meteorológicos; Instalação de sistema de coleta de dados sobre o nível do mar na costa brasileira;

Estruturar o monitoramento de dados hidro- meteorológicos nacionalmente;

Cooperação com países vizinhos para monitoramento de eventos meteorológicos.

b – Planejamento

Geração de cenários climáticos regionalizados;

Plano de estudos detalhado sobre a vulnerabilidade do sistema energético brasileiro atual e futuro, às mudanças climáticas;

Promoção de estudos da real complementaridade hídrico-éolica.

c – Educação

Incentivar a introdução de temas sobre as mudanças climáticas e seus efeitos nos diversos níveis do ensino, sendo ele formal ou não-formal

Definição de um Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental incluindo as mudanças climáticas;

Alocação de recursos para capacitação de pessoal e fomentar conhecimento sobre mudança do clima

d - Contabilização oficial da contribuição das emissões evitadas

Pela redução do desmatamento e queimadas

Pelos projetos de MDL no Brasil

Pela substituição de gasolina por álcool e de diesel mineral por biodiesel ou “Hbio”

Pelo uso no sistema elétrico de energia renovável, de fontes alternativas, incluindo o PROINFA

Pelo aumento da eficiência, incluindo o PROCEL e o CONPET

Pela antecipação no Brasil da substituição de gases do Protocolo de Montreal com alto potencial de aquecimento global

Eixo 2- Criação da Rede Nacional de Pesquisa sobre Mudança do Clima composta de várias sub-redes temáticas, incluindo mitigação, vulnerabilidade e adaptação.

I – Ciências Climáticas

- 1 - Ciência da atmosfera e mudança do clima,
- 2 - Ciclo do carbono,
- 3 - Ciclo hidrológico,
- 4 - Forçamento radiativo dos diferentes gases e Global Warming Potential,
- 5 - Modelos, validação, down scale e regionalização,
- 6 – Medições experimentais e monitoramento.

II- Impactos da Mudança do Clima

1 - Vulnerabilidade

1.1 - De ecossistemas no território brasileiro

- a) - desertificação do semi árido,
- b)- **redução das florestas, especialmente na Amazônia,**
- c)- mudanças no cerrado.
- d) - mudanças no Pantanal e outras áreas sensíveis.

1.2- De sistemas sociais no país

- a)- áreas costeiras e ilhas oceânicas,
- b) - grandes cidades,
- c) - áreas de favelas, palafitas e similares,
- d)- defesa civil em eventos atmosféricos severos.

II- Impactos da Mudança do Clima

1 - Vulnerabilidade

1.3 Da saúde pública

- a) endemias e epidemias,
- b) outros efeitos.

1.4 Econômica, especialmente na agricultura brasileira

II- Impactos da Mudança do Clima

1 - Vulnerabilidade

1.5 Mudança do regime hidrológico

a) impacto nos usos da água,

- impacto nos usos não consuntivos

. geração hidrelétrica

. Navegação, lazer, pesca

- impactos nos usos consuntivos

. Agricultura

. Abastecimento Humano e Dessedentação Animal

. Indústria

. Saneamento

b) impacto na oferta de água (eventos extremos)

- secas

- cheias

2 - Adaptação

- a) Nos pontos citados anteriormente,
- b) Estudos de caso selecionados.

III - Causas antropogênicas da intensificação do efeito estufa:

1 – Emissões de gases do efeito estufa

- a) Emissões de dióxido de carbono do uso de combustíveis fósseis,
- b) Emissões de metano e de outros gases,
- c) Mudanças do uso do solo,
- d) Desmatamento,
- c) Emissões de hidrelétricas

2 - Medidas de mitigação e tecnologias para reduzir e evitar emissões

- a) Fontes alternativas de energia,
- b) Biocombustíveis,
- c) Racionalização e eficiência na transformação e usos de energia,
- d) Tecnologias de seqüestro de carbono e geoengenharia,
- e) Mecanismo de desenvolvimento limpo e papel do mercado,

3 – Estudos de planejamento, economia e ciências sociais e políticas

a)- Cenários futuros de emissões,

b)- Emissões históricas e atribuição de responsabilidades,

c) - Padrões de produção e consumo de energia,

d)- Negociações internacionais e política climática:

- Convenção do Clima,

- Protocolo de Quioto e situação pós 2012.

- A questão da energia nuclear foi colocada e discutida, por não emitir gases do efeito estufa, mas não houve uma posição consensual para ser encaminhada.
- A proposta de criação de uma Empresa mista para explorar as tecnológicas e negócios da Mudança Climática também não obteve consenso

Eixo 3 - Criação de um Organismo Nacional de Política Climática

Criação de uma entidade responsável em promover estudos sistemáticos para tomada de decisão de acordo com os compromissos estabelecidos pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), bem como analisar e encaminhar à Comissão Interministerial do Clima os projetos candidatos ao Mecanismo de desenvolvimento Limpo (MDL) e outros mecanismos oficiais de mitigação das mudanças climáticas, além de elaborar a Comunicação Nacional e o Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito estufa. Designar uma parcela de royalties de petróleo para a criação da instituição para mudanças do clima.

Obrigado

Prof. Marcos Aurélio Vasconcelos de
Freitas – IVIG/COPPE/UFRJ
mfreitas@ppe.ufrj.br